



## ÁGUAS DA IMPERATRIZ S.A.

CNPJ 39.523.638/0001-42

cionais de relatório financeiro (equivalente ao CPC 37 (R1) - Adoção Inicial das normas internacionais de contabilidade); (ii) IFRS 7 – Instrumentos financeiros: Divulgação (equivalente ao CPC 40 (R1) – Instrumentos financeiros: evidênciação) e sua Orientação para Implementação da IFRS 7; (iii) IFRS 9 – Instrumentos financeiros (equivalente ao CPC 48 – Instrumentos financeiros); (iv) IFRS 10 – Demonstrações financeiras consolidadas (equivalente ao CPC 36 (R3) – Demonstrações consolidadas); e (v) IAS 7 – Demonstração dos fluxos de caixa (equivalente ao CPC 03 (R2) – Demonstração dos fluxos de Caixa). Em decorrência das alterações citadas, o CPC deverá refletir tais mudanças em futuras revisões nos respectivos pronunciamentos. Os efeitos terão início em ou pós 1º janeiro de 2026. Não são esperados impactos materiais nas demonstrações financeiras em decorrência das alterações. **Alterações à IFRS 9 e à IFRS 7 – Contratos referenciando a eletricidade dependente de condições naturais:** As alterações somente se aplicam a contratos que façam referência à eletricidade dependente de fatores naturais e: • Esclarecem a aplicação dos requisitos de "uso próprio" para os contratos abrangidos; • Alteram os requisitos de designação de um item objeto de hedge em uma relação de hedge de fluxo de caixa para os contratos abrangidos; • Adicionam novos requisitos de divulgação para permitir que os investidores compreendam o efeito desses contratos sobre o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da entidade. Tais alterações terão início em ou pós 1º janeiro de 2026, sendo sua adoção antecipada permitida desde que divulgada. Em convergência com as normas internacionais, o CPC deverá incorporar essas modificações por meio de futuras revisões do CPC 48 e do CPC 40 (R1). Tais alterações, a princípio, não trazem impacto material sobre as demonstrações financeiras da Concessionária. No entanto, a Concessionária continuará acompanhando a convergência dos pronunciamentos CPC 48 e CPC 40 (R1) e avaliará, após as revisões emitidas pelo CPC, a necessidade de atualização de suas políticas e os processos. **4.4. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas:** Julgamentos: A preparação das demonstrações financeiras pela Concessionária requer que a Administração adote julgamentos profissionais, estimativas e premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data-base das demonstrações financeiras. A incerteza relativa a essas premissas e estimativas pode levar à necessidade de ajustes em exercícios futuros no valor contábil do ativo ou passivo afetado. **Estimativas e premissas contábeis:** As principais premissas relativas a incertezas nas demonstrações financeiras e outras importantes fontes de incertezas nas estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de gerar um ajuste significativo no valor contábil de ativos e passivos no exercício seguinte, são consideradas a seguir: a) *Vida útil dos ativos intangíveis:* Os ativos intangíveis das concessões de serviços públicos são amortizados pelo método linear e refletem o período em que se espera que os benefícios econômicos futuros do ativo sejam consumidos pela Concessionária, podendo ser o prazo final da concessão, ou a vida útil do ativo, o que ocorrer primeiro. Os ativos intangíveis têm a sua amortização iniciada quando estão disponíveis para uso, em seu local e na condição necessária para que sejam capazes de operar da forma pretendida pela Concessionária. b) *Provisão para perdas esperadas de créditos das contas a receber:* A Companhia registra as perdas esperadas de créditos das contas a receber, considerando o histórico de recebimento, tendências econômicas atuais, vencimento da carteira de contas a receber e expectativas de perdas futuras. Ainda que a Companhia acredite que as premissas utilizadas são razoáveis, os resultados reais podem ser diferentes. c) *Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros:* Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, que é o maior entre o valor justo líquido das despesas de venda e o valor em uso. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do orçamento para os próximos cinco anos e não incluem atividades de reorganização com as quais a Companhia ainda não tenha se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como os recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação. d) *Receita não faturada:* As receitas ainda não faturadas representam serviços prestados para os quais ainda não foram realizadas leituras. São reconhecidas com base em estimativas mensais calculadas de acordo com último faturamento de cada ciclo de leitura. Informações adicionais da receita e contas a receber estão descritas nas Notas 3.1 e 7. **5. Gestão de riscos financeiros: 5.1. Instrumentos financeiros por categoria:** A Concessionária efetua avaliação de seus ativos e passivos financeiros em relação aos valores justos, por meio de informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas. Entretanto, a interpretação dos dados de mercado e a seleção de métodos de avaliação requerem considerável julgamento e estimativas para se calcular o valor de realização mais adequado. Como consequência, as estimativas apresentadas não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado corrente. O uso de diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias pode ter um efeito relevante nos valores de realização estimados. O valor justo dos ativos e passivos financeiros é incluído no valor pelo qual o instrumento poderia ser trocado em uma transação corrente entre partes dispostas a negociar, e não em uma venda ou liquidação forçada. Os valores contábeis e valores justos dos instrumentos financeiros da Concessionária em 31 de dezembro de 2025 e 2024:

Hierar-	31/12/2025	31/12/2024
Ativos financeiros		
Equivalentes de caixa		
Aplicações financeiras		
Contas a receber de clientes		
Créditos com partes relacionadas		
Operações com derivativos		
Passivos financeiros		
Fornecedores		
Empréstimos e financiamentos		
Passivos de arrendamento		
Debêntures e notas comerciais escriturais		
Ônus da concessão		
Relacionadas		

Classificação do valor contábil	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Aplicações financeiras	38.973	38.973	57.091	57.091
Contas a receber de clientes	12.194	12.194	10.496	10.496
Créditos com partes relacionadas	61	61	55	55
Operações com derivativos	-	-	4.164	4.164
Passivos financeiros				
Fornecedores	13.471	13.471	1.432	1.432
Empréstimos e financiamentos	30.788	20.218	105.987	105.987
Passivos de arrendamento	860	860	549	549
Debêntures e notas comerciais escriturais	412.445	453.332	226.383	226.383
Ônus da concessão	182	182	28.972	28.972
Relacionadas	483	483	842	842

Operação	Risco	Valor contábil	Valor provável	Canário II	Canário III
Operação	Risco	Valor contábil	Valor provável	Canário II	Canário III
Operações financeiras	CDI	38.973	43.895	42.664	45.127
Passivo	CDI	8.444	9.510	9.244	9.777
Debêntures	IPCA	(415.693)	(432.362)	(428.205)	(436.519)
Passivo líquido		(366.276)	(378.957)	(376.297)	(381.615)
Efeito líquido		(10.681)	(8.021)	(13.339)	-
CDI (a.a.)		12,63%	4,01%	-	-
IPCA (a.a.)		4,01%	-	-	-

**5.3. Risco de liquidez:** É o risco de a Concessionária não dispor de recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos. A abordagem da Concessionária na administração de liquidez é de garantir, na medida do possível, que sempre terá liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações no vencimento, tanto em condições normais como de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou risco de prejudicar a reputação da Concessionária. As tabelas abaixo demonstram análise dos vencimentos para os passivos financeiros em aberto, sem os custos de transação relativos aos empréstimos, financiamentos, debêntures e notas comerciais escriturais, em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (valores não descontados):

Em 31 de dezembro de 2025	Valor Contábil	Menos de um ano	Entre um e dois anos	Acima de dois anos
Fornecedores	13.471	13.471	4.000	23.000
Empréstimos e financiamentos	31.005	4.005	318	263
Passivos de arrendamento	860	279	-	407.792
Debêntures	415.693	7.901	-	-
Ônus da concessão	182	182	-	-
Relacionadas	483	483	-	-
Débitos com partes relacionadas	458.197	22.824	4.318	431.055
Em 31 de dezembro de 2024	458.197	22.824	4.318	431.055

Em 31 de dezembro de 2024	Valor Contábil	Menos de um ano	Entre um e dois anos	Acima de dois anos
Fornecedores	1.432	1.432	-	-
Empréstimos e financiamentos	105.987	105.987	-	-
Passivos de arrendamento	549	299	250	-
Notas comerciais escriturais	226.383	226.383	-	-
Ônus da concessão	28.972	28.972	-	-
Relacionadas	842	842	-	-
Débitos com partes relacionadas	364.165	363.915	250	-

**5.4. Gestão de capital:** Os objetivos da Concessionária em administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de sua continuidade para oferecer retorno aos acionistas e beneficiar às outras partes interessadas, além de manter uma adequada estrutura de capital para reduzir o respectivo custo. E, para atingimento desses objetivos, exerce uma gestão financeira e de capital centralizada. Para manter ou ajustar a estrutura de capital, a Concessionária pode rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas ou, ainda, emitir novas ações ou vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento. Condizente com outras empresas do setor, a Concessionária monitora o capital com base no Índice de Alavancagem Financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde os empréstimos e financiamentos, as debêntures, notas comerciais escriturais e passivos de arrendamento, subtraídos do montante de caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras vinculadas. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial, com a dívida líquida. Os índices de alavancagem financeira em 31 de dezembro de 2025 e 2024 podem ser assim sumarizados:

	31/12/2025	31/12/2024
Empréstimos e financiamentos (Nota 14)	30.788	105.987
Passivos de arrendamento (Nota 14)	860	549
Debêntures e notas comerciais escriturais (Nota 15)	412.445	226.383
(-) Caixa e equivalentes de caixa (Nota 6)	(39.276)	(57.141)
(-) Aplicações financeiras vinculadas	(8.444)	-
Dívida líquida (a)	396.373	275.778
Total do patrimônio líquido (b)	4.742	11.520
Total do capital (a+b)	401.115	287.298
Índice de alavancagem financeira - % [a/(a+b)]	98,82%	95,99%

**6. Caixa e equivalentes de caixa**

	31/12/2025	31/12/2024
Caixa e bancos	303	50
Aplicações financeiras	38.973	57.091
	39.276	57.141

Incluem caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras de liquidez imediata, representados, principalmente, por Certificados de Depósito Bancário - CDBs, os quais são registrados pelos valores nominais, acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, com remuneração média relacionada ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025 de aproximadamente 92,84% do CDI (93,96% em 2024).

**7. Contas a receber de clientes:**

	31/12/2025	31/12/2024
Clientes (a)	15.523	12.238
Clientes - parcelamento (b)	1.198	609
Pontos arrecadadores (c)	170	149
Perdas esperadas de créditos das contas a receber	(4.697)	(2.500)
	12.194	10.496
Ativo circulante	11.954	10.496
Ativo não circulante	240	-

(a) Representa o saldo de contas emitidas e ainda não recebidas, além dos valores fornecidos ainda não faturados (ajuste por competência). (b) Refere-se a acordos firmados entre os clientes e a Concessionária para a quitação de seus débitos. (c) São agentes arrecadadores que já receberam as contas dos clientes e ainda não repassaram para a Concessionária. O *aging list* de contas a receber é composto da seguinte forma:

	31/12/2025	31/12/2024
A vencer	5.141	4.095
Faturado	3.898	3.688
Não faturado	-	-
Vencidas	-	-
Até 30 dias	1.657	1.562
De 31 a 60 dias	635	743
De 61 a 90 dias	454	457
De 91 a 180 dias	1.002	1.265
Mais de 180 dias	4.104	1.206
	16.891	12.992

Movimentação da provisão para perdas esperadas de créditos das contas a receber:

	31/12/2025	31/12/2024
Saldo inicial	(2.500)	-
(+) Constituições	(2.197)	(2.500)
Saldo final	(4.697)	(2.500)

**8. Aplicações financeiras vinculadas:** O montante de R\$ 8.444 em 31 de dezembro de 2025 (nulo em 2024) corresponde à aplicação financeira mantida em conta reserva, de titularidade da Águas da Imperatriz S.A., constituída em favor do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, em atendimento às obrigações definidas no "Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios e Outras Avenças" em 29 de dezembro de 2025.

**9. Ativo de direito de uso**

	31/12/2025	31/12/2024
Amortização	-	-
Valor acumulado	1.207	848
Valor líquido	1.207	848

Movimentação do ativo de direito de uso

	31/12/2025	31/12/2024
Saldo em 31/12/2024	517	848
Adições	959	-
Amortização	(293)	-
Remensuração	(335)	-
Saldo em 31/12/2025	848	848

**10. Imobilizado**

	31/12/2025	31/12/2024
Equipamentos de informática	20%	726 (241)
Veículos	20%	206 (51)
Máquinas e equipamentos	10%	201 (35)
Móveis e utensílios	10%	314 (43)
		1.447 (370)

Movimentação do imobilizado

	31/12/2025	31/12/2024
Equipamentos de informática	513	111
Veículos	196	-
Máquinas e equipamentos	183	3
Móveis e utensílios	188	82
	1.080	196

**11. Ativo de contrato**

	31/12/2025	31/12/2024
Infraestrutura em construção	103.344	14.827
	103.344	14.827

Movimentação do ativo de contrato

	31/12/2025	31/12/2024
Saldo em 31/12/2024	14.827	101.807
Adições	14.827	101.807
Amortização	(14)	(13.248)
Reclassificação	(28)	(28)
Saldo em 31/12/2025	14.827	101.807

As transferências ocorridas no exercício findo em 31 de dezembro de 2025 referem-se às movimentações entre o intangível e o ativo de contrato. Custos de empréstimos capitalizados: Os juros de empréstimos e financiamentos são capitalizados nos ativos de concessão durante o período em construção, sendo o montante de R\$ 39.712 capitalizados no exercício findo em 31 de dezembro de 2025 (R\$ 13.308 em 2024).

**12. Intangível**

	31/12/2025	31/12/2024
Softwares e aplicativos	20%	25 (10)
Desenvolvimento de projetos	20%	1.301
Outorga da concessão	4,0134%	324.954 (24.229)
Concessão/Infraestrutura		15.143 (524)
		341.423 (24.763)

Os valores reconhecidos no intangível representam o valor de custo dos ativos construídos ou adquiridos para fins de prestação de serviços de concessão e sua respectiva amortização acumulada. As taxas utilizadas baseiam-se no prazo final da concessão ou na vida útil do ativo, o que ocorrer primeiro. Sendo esse montante em 31 de dezembro de 2025 composto pelos seguintes ativos:

	31/12/2025	31/12/2024
Softwares e aplicativos	19	(4)
Desenvolvimento de projetos	450	851
Outorga da concessão	288.155	25.029
Concessão e infraestrutura	1.480	330
	290.104	26.240

Movimentação do intangível

	31/12/2025	31/12/2024
Softwares e aplicativos	24	(5)
Desenvolvimento de projetos	450	-
Outorga da concessão	307.696	13.308
Concessão e infra-estrutura	-	1.477
	307.720	15.235

As transferências ocorridas no exercício findo em 31 de dezembro de 2025 referem-se às movimentações entre o intangível e o ativo de contrato. **13. Fornecedores:** Os fornecedores estão assim representados:

	31/12/2025	31/12/2024
Softwares e aplicativos	24	(5)
Desenvolvimento de projetos	450	-
Outorga da concessão	307.696	13.308
Concessão e infra-estrutura	-	1.477
	307.720	15.235

Outros

	226	16
	13.471	1.432

**14. Empréstimos, financiamentos e passivos de arrendamento**

	31/12/2025	31/12/2024
Empréstimos		
Contrato de empréstimo internacional	CDI 0,80% a.a.	105.987
FINEM (a)	2,70% a.a.	31.005
(-) Custos de transação		(217)
Total de empréstimos		30.788
Circulante		3.953
Não circulante		26.835
Arrendamentos		
Arrendamentos direito de uso (vide Nota 9)	16,37% a.a.	860
Total de arrendamento		860
Circulante		279
Não circulante		581
Endividamento total		31.648
Endividamento total - Circulante		4.232
Endividamento total - Não circulante		27.416

(a) FINEM: O contrato FINEM foi obtido no exercício de 2025 junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), com valor total contratado de R\$ 36.000, dividido em dois subcréditos: Subcrédito A, no valor de R\$ 31.000 e Subcrédito B, no valor de R\$ 5.000. O subcrédito A possui juros pagos mensalmente, o principal será amortizado em 96 parcelas mensais e sucessivas, com o primeiro pagamento ocorrendo no 15º dia do mês imediatamente seguinte à formalização do contrato e o último em 15 de setembro de 2033. O subcrédito B tem juros pagos trimestralmente até setembro de 2029, e pagamentos mensais a partir de outubro de 2029. O principal será amortizado em 211 parcelas mensais e sucessivas, iniciando em 15 de outubro de 2029 e tendo o pagamento final em 15 de julho de 2047. A operação tem como objetivo a modernização e expansão dos sistemas de abastecimento de água e esgotamento sanitário do Município de Teresópolis (RJ) e é amparada por cessão fiduciária de direitos creditórios. A movimentação dos empréstimos e passivos de arrendamento é como segue:

	31/12/2025	31/12/2024
Empréstimos e financiamentos		
Saldo inicial	105.987	-
Captação	31.000	100.000
Juros e encargos financeiros	3.602	455
Variações cambiais	(3.306)	5.532
Amortização de principal	(102.274)	-
Amortização de juros	(4.004)	-
Custo de transação	(217)	-
Saldo final	30.788	105.987

Passivos de arrendamento

	31/12/2025	31/12/2024
Saldo inicial	549	77
Adições e remensurações	600	27
Juros e encargos financeiros	63	85
Amortização de principal	(285)	(256)

**ÁGUAS DA IMPERATRIZ S.A.**

CNPJ 39.523.638/0001-42

regulação e fiscalização, destinado à Agência Reguladora de Energia e Saneamento Básico do Estado do Rio de Janeiro - AGENERSA, no valor correspondente a 0,5% (meio por cento) calculado sobre a receita arrecadada no mês anterior, decorrente da prestação dos serviços de abastecimento de água e de esgotamento sanitário; e • Pagamento a título de custo de manutenção, proteção e preservação das nascentes, cujo valor é recolhido ao Fundo de Proteção e Preservação das Nascentes, no valor correspondente a 1% (um por cento) calculado sobre a receita arrecadada no mês anterior, decorrente da prestação dos serviços de abastecimento de água e de esgotamento sanitário. A Concessionária também possui compromissos: (i) em relação a cobertura de água potável de atender 99% da população até 2028 em todo o município da concessão; (ii) com relação à cobertura de esgotamento sanitário de atender 90% da população até 2033 em todo o município da concessão; (iii) reduzir os índices de perdas até 2033 para 25%.

	31/12/2025	31/12/2024
<b>19. Partes relacionadas</b>		
Ativo circulante		
Créditos com partes relacionadas		
Águas do Imperador S.A.	-	6
Soluções Ambientais Águas do Brasil Ltda.	61	49
	<u>61</u>	<u>55</u>
Passivo circulante		
Débitos com partes relacionadas		
Águas do Imperador S.A.	-	4
Águas de Niterói S.A.	-	13
Águas de Nova Friburgo Ltda	4	-
Soluções Ambientais Águas do Brasil Ltda.	434	780
Saneamento Ambiental Águas do Brasil S.A.	45	45
	<u>483</u>	<u>842</u>
Resultado com partes relacionadas		
Custos		
Análises laboratoriais		
Águas do Imperador S.A.	(1)	(129)
Despesas		
Contrato de gestão (Management Fee)		
Saneamento Ambiental Águas do Brasil S.A.	(3.944)	(2.618)
	<u>(3.945)</u>	<u>(2.747)</u>

Os saldos decorrem de transações entre Concessionárias do mesmo grupo econômico, vinculadas à compra e venda de peças de reposição ou das prestações de serviços, oriundos do: i) contrato de fruição de utilidades comuns com a Soluções Ambientais Águas do Brasil Ltda., resultando na estrutura de Unidade de Administração Central (UAC) para as áreas de finanças, planejamento, recursos humanos, tecnologia da informação e logística; ii) do contrato de gestão centralizada (Management Fee) com a Saneamento Ambiental Águas do Brasil S.A. **20. Patrimônio líquido:** a)

Capital social: O capital social subscrito por Águas da Imperatriz Participações S.A. em 31 de dezembro de 2025 e 2024 é de R\$ 38.427 e o capital a integralizar é de R\$ 3.424 (R\$ 3.424 em 2024), perfazendo R\$ 35.003 de capital realizado, que está representado por 38.426.719 (trinta e oito milhões e quatrocentos e vinte e seis mil e setecentos e noventa e nove) ações ordinárias, nominativas, no valor de um real cada uma.

	31/12/2025	31/12/2024
<b>21. Receita líquida</b>		
Receita de prestação de serviços	91.224	76.927
Receita de construção	80.996	13.108
Cancelamentos	(652)	(1.308)
	<u>171.568</u>	<u>88.727</u>
PIS e COFINS sobre serviços prestados	(8.061)	(6.782)
Descontos concedidos	(3.462)	(2.329)
Receita líquida	<u>160.045</u>	<u>79.616</u>
<b>22. Custos dos serviços prestados</b>		
Taxas de recursos hídricos e ambientais	(737)	(776)
Ônus da concessão	(2.032)	(1.516)
Energia elétrica	(15.399)	(14.234)
Custo de construção	(80.996)	(13.108)
Materiais aplicados nos serviços	(2.556)	(3.896)
Salários e benefícios a empregados	(9.198)	(7.942)
Manutenção/aluguel de equipamentos e veículos	(3.407)	(4.001)
Serviços de terceiros	(1.664)	(1.926)
Depreciações e amortizações	(12.715)	(11.634)
Outros custos	(257)	(314)
	<u>(128.961)</u>	<u>(59.347)</u>

	31/12/2025	31/12/2024
<b>23. Despesas gerais e administrativas</b>		
Salários e benefícios a empregados	(8.719)	(8.598)
Utilização de imóveis e telefonia	(158)	(222)
Manutenção/aluguel de equipamentos e veículos	(503)	(742)
Serviços de terceiros	(8.083)	(8.301)
Despesas com contencioso	(184)	(2)
Impostos, encargos, taxas e contribuições	(373)	(383)
Depreciações e amortizações	(490)	(424)
Provisão para perdas de crédito das contas a receber	(2.197)	(2.500)
Outras despesas	(1.403)	(3.052)
	<u>(22.110)</u>	<u>(24.224)</u>

	31/12/2025	31/12/2024
<b>24. Resultado financeiro</b>		
Receitas financeiras		
Rendimento com aplicações financeiras	4.422	2.570
PIS e COFINS sobre receitas financeiras	(248)	(147)
Juros e multas vinculadas à operação	853	592
Variação cambial	10.229	353

	31/12/2025	31/12/2024
Varição monetária sobre outros ativos	47	-
Ganho com derivativos	10.139	4.164
Outras receitas financeiras	9	2
	<u>25.451</u>	<u>7.534</u>
Despesas financeiras		
Juros com financiamentos, debêntures e notas comerciais	(1.393)	(12.662)
Juros sobre arrendamentos	(67)	(84)
Varição cambial	(6.923)	(5.885)
Tributos sobre operações financeiras	(25)	(18)
Descontos concedidos	(271)	(265)
Perdas com operações de swap	(6.068)	-
Perda com derivativos	(14.303)	-
Comissão e escrituração	(132)	(68)
Outras despesas financeiras	(832)	(878)
	<u>(30.014)</u>	<u>(19.860)</u>
Resultado financeiro	<u>(4.563)</u>	<u>(12.326)</u>

**25. Seguros:** O Grupo Águas do Brasil adota a política de contratar cobertura de seguros de forma global para riscos de engenharia, patrimoniais, ambientais e de responsabilidade civil dos administradores (D&O), entre outros, especificamente associados à natureza de sua atividade. Os seguros contratados possuem cobertura sobre construção, fornecimento ou prestação de serviços. A cobertura em 31 de dezembro de 2025 está apresentada a seguir:

Ramos	Vigência das apólices	Coertura
Responsabilidade civil administradores - D&O	27/10/2025 a 27/10/2026	50.000
Responsabilidade civil geral	17/01/2026 a 17/01/2027	19.500
Risco de engenharia e responsabilidade civil obras	31/12/2025 a 31/12/2026	182.741
Riscos operacionais	17/01/2026 a 17/01/2027	75.000
Riscos ambientais	22/12/2025 a 22/12/2026	5.000
Garantia de concessão	01/12/2025 a 01/12/2026	7.083
Veículos	17/10/2025 a 17/10/2026	100

**26. Transações que não envolvem caixa:** Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a Concessionária realizou as seguintes atividades que não envolveram caixa e, portanto, foram excluídas da demonstração dos fluxos de caixa:

	31/12/2025	31/12/2024
Arrendamentos	624	27
Juros capitalizados	39.712	13.308
Ônus da concessão	-	21.109

**27. Eventos subsequentes:** Em 5 de fevereiro de 2026, em reunião dos sócios, foi aprovado o aumento de capital social no valor de R\$ 76.600, a ser integralizado ao longo do exercício.

**Carlos Eduardo Tavares de Castro - Diretor; Marcio Salles Gomes - Diretor; Isadora Viceconti Goulart - Contadora - CPF: 126.378.247-78 - CRC/RJ- 138372/O-8**

**Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras**

Aos acionistas da **Águas da Imperatriz S.A.:** **Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras da Águas da Imperatriz S.A. ("Concessionária"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Concessionária em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Concessionária, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Concessionária continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Concessionária ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Concessionária. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Concessionária. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Concessionária a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Rio de Janeiro, 20 de março de 2026. ERNST & YOUNG Auditores Independentes S/S Ltda. - CRC SP-015199/F; Gláucio Dutra da Silva - Contador CRC-1RJ090174/O



Esta publicação foi feita de forma 100% digital pelo Monitor Mercantil em seu site. A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QR Code ao lado ou pelo link <https://publicidadelegal.monitormercantil.com.br>